

Aprovado plano de educação

■ Comissão da Câmara quer levar logo a plenário projeto que visa mudar setor

RENATA GIRALDI

Brasília - 8/12/99

BRASÍLIA - A Comissão de Educação da Câmara aprovou ontem o Plano Nacional de Educação (PNE), que visa incluir o Brasil entre os países que mais investem em ensino. Os objetivos vão desde melhorar o nível educacional no país até alfabetizar 15 milhões de brasileiros. As metas são aplicar 7% do Produto Interno Bruto (PIB), aproximadamente R\$ 20 bilhões por ano, em programas educacionais, e eliminar o analfabetismo em 15 anos. "É uma revolução. Não tenho dúvida alguma sobre isso", afirmou o relator do projeto, deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS).

Hoje de manhã, quatro destaques da oposição devem ser votados. A idéia é incluir o plano na pauta da convocação extraordinária, que começa dia 10 de janeiro, levando à votação do projeto pelo plenário da Câmara.

Direito - Pelo texto, o tratamento à educação sofre uma série de alterações. Um dos itens trata da manutenção constitucional, que garante o direito ao ensino para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, por no mínimo quatro horas ao dia, e, depois, em tempo integral. No futuro, o objetivo é diminuir a idade de ingresso na escola de 7 para 6 anos. O plano sugere ainda que seja assegurado o acesso aos níveis médio e superior.

De acordo com o Plano Nacional de Educação, os cursos noturnos serão revistos para que se adaptem às necessidades dos alunos que trabalham durante o dia, sem prejudicar os programas



O relator Nelson Marchezan considera plano uma "revolução"

pedagógicos. Também prevendo a melhoria da aprendizagem, será desenvolvido um programa emergencial para formação de professores de ciências e matemática. Foi fixada ainda a meta de que pelo menos 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos tenham oportunidade de frequentar faculdade.

Pelo projeto, o governo vai se responsabilizar também pela execução de cursos para agricultores, voltados para as práticas agrícolas

e preservação ambiental, oferecidos pelas escolas agrotécnicas em colaboração com o Ministério da Agricultura. Há, ainda, uma orientação específica para o ensino indígena, no qual se garante respeito aos costumes e tradições, e a ampliação gradativa das séries de 5ª a 8ª. Um dos capítulos trata apenas do ensino especial, determinando ações preventivas nas áreas visual e auditiva e maior número de classes especiais em municípios de todo o país.

A oposição promete apoiar três destaques que vão ser discutidos e votados na sessão de hoje. Um deles prevê a ampliação do Fundef, o fundo de desenvolvimento do ensino fundamental, para os níveis médio e superior. O outro propõe que, em vez de 7%, a proporção do PIB a ser destinada à educação passe a 10%. E, por fim, os oposicionistas querem autonomia plena das universidades, sem que os nomes dos candidatos a reitor tenham de ser submetidos ao governo.

Propostas - Os três destaques têm parecer contrário do relator. Em seu texto, há uma proposta de reavaliação do Fundef, mas sem ampliá-lo; a destinação de 7% do PIB para a educação já está decidida; e existe também a garantia de autonomia, porém sem alterar a análise da lista triplíce - cada universidade envia ao governo uma lista com nomes de três candidatos a ocupar a reitoria para seleção -, exatamente como ocorre hoje.

A deputada Esther Grossi (PT-RS) elogiou o Plano Nacional de Educação, mas ressaltou que, da forma como está, não vai resolver os problemas que se propõe. Na sua opinião, o projeto não deveria se basear na escassez de recursos e, sim, nas necessidades da população.

"Este plano nasce com um vício na origem, numa gênese truncada, e mais uma vez frustrará as expectativas de solução adequada para as mazelas de nosso ensino", afirma ela, em um panfleto intitulado "A gênese truncada do Plano Nacional de Educação".

09 DEZ 1999

JORNAL DO BRASIL